

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em novembro do ano passado o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Governo sobre a situação inaceitável que se tem verificado na PT/MEO. Nessa ocasião denunciámos as práticas de chantagens e ameaças sistemáticas aos trabalhadores, tendo então referido o seguinte:

«Ao exigir acordos para rescisão do contrato, ao alterar as funções de centenas de trabalhadores na maior parte dos casos que configuram autênticas desqualificações profissionais, ao alterar os habituais locais de trabalho fazendo trabalhadores percorrer longas e cansativas distâncias diárias para os novos locais de trabalho, ao colocarem centenas de trabalhadores sem funções, ao retirarem valores pecuniários de forma unilateral e sem qualquer negociação, a Altice e os seus representantes de gestão do Comité Executivo, estão a criar um clima de intimidação sobre os trabalhadores.

Atualmente o número de trabalhadores sem funções, ou de funções não compatíveis com a qualificação profissional dos trabalhadores aumentou substancialmente, porque o objetivo é o caminho para a rescisão forçada (leia-se despedimento encapotado). Os trabalhadores dão conta de situações que afetam potencialmente – ou em alguns casos, estarão já mesmo já a afetar – a saúde dos trabalhadores: cargas de trabalho excessivas, exigências contraditórias, falta de clareza na definição de funções, etc., etc.»

O Governo respondeu em janeiro deste ano, informando que *«está em curso ação inspetiva da ACT, que se encontra em fase de averiguação de análise, pelo que serão formalizados os procedimentos inspetivos que sejam considerados adequados às situações que vierem a ser verificadas»*.

De então para cá, nenhuma outra informação foi apresentada pelo Ministério sobre esta matéria. Pelo contrário, tivemos o relato dos trabalhadores e suas organizações representativas de que estas situações se mantêm de forma sistemática e continuada.

Aliás, o testemunho sobre a ação inspetiva da ACT, realizada a 22-11-2016, que recebemos de trabalhadores efetivos da MEO/PT afetos à “USP – Unidade de Suporte” sem funções atribuídas, inclui observações como esta: *«Os Senhores Inspetores não se dignaram ouvir nenhum dos trabalhadores presentes na sala para recolher elementos factuais sobre cada uma*

das situações, referindo que já não tinham tempo e que ainda tinham que falar com os representantes da empresa, que os aguardavam, uma vez que tinham sido previamente avisados desta diligência!»

Agora são publicadas informações imputando à Administração da PT/MEO a intenção de obter do Governo o estatuto de empresa em reestruturação, para assim abrir a porta a rescisões de contratos aos milhares, verdadeiros despedimentos encapotados, para prosseguir a destruição de postos de trabalho – com o apoio e financiamento da Segurança Social. Enquanto isso a empresa regista um aumento das receitas em 12,5% relativamente a 2015, ultrapassando os mil milhões de euros.

Foram citadas afirmações do Governo, apenas no sentido de que «o pedido ainda não deu entrada no MTSS». No entanto, é preciso que fique bem claro qual será a atuação e o posicionamento do Governo neste processo, tendo em conta todo o atropelo aos direitos e à dignidade dos trabalhadores que se tem verificado até agora.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o seguinte:

1. Que acompanhamento está a ser feito afinal à situação da PT Portugal e dos seus trabalhadores?
2. Que medidas foram tomadas face a estes relatos de práticas de intimidação, pressão e assédio moral sobre os trabalhadores, já observadas pela ACT?
3. Como se explica que toda a situação denunciada há mais de seis meses de mantenha de forma reiterada?
4. Confirma-se que na ação inspetiva da ACT acima referida, realizada a 22-11-2016, se verificaram as situações aqui relatadas? Em caso afirmativo, que consequências serão daí retiradas?
5. Vai ou não o Governo rejeitar claramente os intentos da ALTICE em obter na PT/MEO o estatuto de empresa em reestruturação?

Palácio de São Bento, domingo, 21 de Maio de 2017

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

RITA RATO(PCP)